



Cenário de políticas de inclusão digital no Brasil no período de 1997 a 2011

Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira

Universidade Federal de Goiás - UFG
professorricardoteixeira@gmail.com

Saulo de Oliveira

Faculdades Alves Faria - ALFA
saulo.oliveira.de@gmail.com

Edna Lúcia Flôres

Universidade Federal de Uberlândia - UFU
edna@ufu.br

Sandramara Matias Chaves

Universidade Federal de Goiás - UFG
sandramara@prograd.ufg.br

Resumo

O tema da inclusão digital tem crescido em importância para a inclusão social na medida em que a relação entre tecnologia e sociedade torna-se cada dia mais complexa. Esta pesquisa propõe a estudar a relação entre o avanço das novas tecnologias da informação e da comunicação (NTICs) e o persistente abismo digital existente no Brasil. Verifica-se a resposta apresentada pelo Estado brasileiro às novas mudanças tecnológicas, com análise da política pública de inclusão digital, tendo como base as ações/programas/projetos desenvolvidos, implantados e disponibilizados pelo Governo Federal. O Estado brasileiro tem apresentado várias ações como parte da política pública de inclusão digital, a fim de obter a inclusão social dos setores que estão marginalizados dentro da sociedade atual. O estudo partiu da revisão de conceitos sobre política pública, para então apresentar o pensamento teórico de autores sobre a formação da sociedade do conhecimento, sua evolução, seus pontos positivos e negativos, e os cuidados que devem ser tomados na sua implantação. São apresentadas, de forma sucinta, ações, programas e projetos de inclusão digital do Governo Federal, disponíveis para adesão dentro de seus critérios. Com base nos conceitos teóricos,



no conhecimento dos programas e em indicadores governamentais de inclusão digital, é apresentada uma discussão sobre a evolução das políticas de inclusão no período em estudo. Enquanto conclusão, em síntese, apresenta-se a necessidade de condução de estratégias globais e locais para um avanço do processo da inclusão digital no Brasil, com processos de articulação entre as diferentes esferas de governo e necessidade de envolvimento e participação da sociedade civil.

Palavras-chave: Inclusão digital; Políticas de inclusão; Novas Tecnologias.

Abstract

The issue of digital inclusion has grown in importance for social inclusion in that the relationship between technology and society becomes increasingly complex. This research aims to study the relationship between the advancement of new technologies of information and communication (NTICs) and persistent digital divide exists in Brazil. There is the answer given by the Brazilian State to new technological changes, analyzing public policy of digital inclusion, based on the actions / programs / projects developed, deployed and made available by the Federal Government. The Brazilian government has introduced several actions as part of the public policy of digital inclusion, in order to obtain the social inclusion of marginalized sectors that are within the current society. The study was based on the review of public policy concepts, and then present the theoretical thinking of authors on the formation of a knowledge society, its evolution, its strengths and weaknesses, and care must be taken in its implementation. Are presented succinctly, actions, programs and projects of the Federal Government's digital inclusion, available for accession within your search criteria. Based on theoretical concepts, knowledge of programs and indicators in government digital inclusion, is a discussion about the evolution of policies for inclusion in the study period. As conclusion, in short, shows the need for conducting local and global strategies for an improvement of the process of digital inclusion in Brazil, with processes between the different spheres of government and the need for involvement and participation of civil society.

Keywords: Digital inclusion; Inclusion policies; New Technologies

Resumen

El tema de la inclusión digital ha crecido en importancia para la inclusión social en el que la relación entre la tecnología y la sociedad se vuelve cada vez más complejo.



Esta investigação tiene como objetivo estudar la relación entre la evolución de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación (NTIC) y la persistente brecha digital que existe en Brasil. No es la respuesta dada por el Estado brasileño a los nuevos cambios tecnológicos, con el análisis de las políticas públicas de inclusión digital, con base en las acciones / programas / proyectos desarrollados, desplegados y puestos a disposición por el Gobierno Federal. El gobierno brasileño ha introducido varias acciones como parte de la política pública de inclusión digital, con el fin de obtener la inclusión social de los sectores marginados que están dentro de la sociedad actual. El estudio se basó en la revisión de conceptos acerca de la política pública, y luego presentar el pensamiento teórico de autores en la formación de la sociedad del conocimiento, su evolución, sus aspectos positivos y negativos, y el cuidado debe ser tomado en su aplicación. Se presentan de manera sucinta, las acciones, programas y proyectos de inclusión digital del Gobierno Federal, disponible para la adhesión en sus criterios. Con base en los conceptos teóricos, el conocimiento de los programas de gobierno e indicadores de inclusión digital, es un análisis de la evolución de las políticas de inclusión en el estudio. Como conclusión, en resumen, muestra la necesidad de llevar a cabo las estrategias locales y globales para avanzar en el proceso de inclusión digital en Brasil, con los procesos entre las distintas esferas de gobierno y la necesidad de implicación y participación de la sociedad civil.

Palabras clave: Inclusión Digital; Las políticas de inclusión; Nuevas Tecnologías.

1. Aspectos introdutórios

No Brasil, as iniciativas governamentais de inclusão digital começaram em 1997 com o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) e vêm sendo desenvolvidas ao longo dos anos, por meio de vários Ministérios, Secretarias e Empresas públicas. Os governos subnacionais, especialmente os Estados e suas capitais, têm gerado também iniciativas a fim de minimizar as diferenças existentes entre os excluídos e os incluídos digitais.

No contexto atual, em que os entes nacionais têm escassez de recursos para custear o desenvolvimento de infraestrutura pública como um todo e, simultaneamente, atender às crescentes demandas sociais, é imprescindível que haja, nas diversas esferas governamentais, uma coordenação de atividades que leve em consideração aspectos interdisciplinares e sistêmicos.

Este é o cenário tomado como referência do presente trabalho. Então, a justificativa



para o desenvolvimento dessa temática parte da conjugação de três fatores: a dimensão continental do Brasil, a atual relevância do assunto e a relação dos autores com o tema.

O Brasil é um país de dimensões continentais com diversidades geográficas, históricas, culturais, econômicas e educacionais. Existe uma grande dificuldade em se elaborar políticas públicas de inclusão digital, chamadas por nós de políticas de inclusão, para alcançar um ambiente tão vasto e cheio de diversidades, potencializando, assim, suas debilidades na fase de implantação, dificultando o seu controle e, por consequência, a avaliação dos retornos pretendidos, elaborados na sua concepção.

As mudanças advindas da terceira onda é um assunto recente, ainda com escassas pesquisas acadêmicas sobre o tema. Existe uma percepção por parte dos autores de um abandono das políticas públicas de inclusão digital, pelo Governo, apesar da retórica governamental de que a inclusão digital é uma meta prioritária.

No contexto de uma sociedade informatizada, importa perguntar em que condições a população em geral pode ter, ou vir a ter, acesso aos benefícios proporcionados pelas TICs.

Em um primeiro momento, as tecnologias podem aumentar a desigualdade social, por serem apropriadas primeira e predominantemente pelas camadas sociais mais privilegiadas economicamente.

Este estudo procura compreender em que medida, as ações de inclusão digital coordenadas pelo Governo Federal têm contribuído para diminuir as desigualdades sociais existentes; como são desenvolvidas essas políticas nos diferentes níveis e esferas governamentais; e quais são os indicadores de efetividade dos projetos e ações empreendidos.

O objetivo deste estudo consiste em levantar, compreender e avaliar as principais ações, programas e projetos de inclusão digital no Brasil.

Para tanto, busca-se, por meio de um levantamento dos programas de inclusão digital disponibilizados pelo Governo Federal, apresentar ações que efetivamente estão sendo desenvolvidas pelos governos subnacionais, com o objetivo de desenvolvimento de política pública para a inclusão de segmentos da sociedade que não possuem acesso e/ou capacitação para estarem inseridos na "sociedade da informação".



O artigo, metodologicamente, parte de uma revisão das principais políticas públicas sobre inclusão digital e de estudos sobre a sociedade da informação. Com base documental, os dados e os documentos eletrônicos oficiais analisados foram levantados junto a estruturas oficiais do Governo Federal, bem como em documentos disponibilizados.

O estudo demonstra, em âmbito nacional, ações, por meio de indicadores, programas e projetos na área de inclusão digital. Ressalta-se a existência de poucos indicadores, na maioria sínteses quantitativas, representando os resultados alcançados pela política pública engendrada pelo Governo. Foram escolhidos três sítios eletrônicos oficiais: o do Comitê Gestor da internet no Brasil (CGIBR)¹; o do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)²; e o do Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID)³. Um dos problemas encontrados na fase de levantamento foi a falta de confiabilidade dos dados disponíveis, pois eles apresentam incoerências entre si.

2. Limites e possibilidades da política de inclusão digital no Brasil

Existem diversas iniciativas do Governo Federal que disponibilizam indicadores sobre inclusão digital. Considerando os espaços públicos virtuais oficiais do Governo Federal, observam-se três fontes de maior abrangência, sendo elas o do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.BR); o do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); e o do Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID).

O NIC.BR se constitui como o braço operacional do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGIBR), responsável pela coordenação e integração das iniciativas de serviços da Internet no País. Uma de suas atribuições é a produção e divulgação de indicadores, estatísticas e informações estratégicas sobre o desenvolvimento da internet brasileira. O referido comitê encontra-se sob coordenação e responsabilidade do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.BR), que produz anualmente, desde 2005, a TIC DOMICÍLIOS e USUÁRIOS – cuja atribuição é mensurar o uso de tecnologias de comunicação e informação nos domicílios brasileiros – e a TIC EMPRESAS – que mensura o acesso e uso das TICs em empresas com 10 funcionários ou mais.

.1 www.cgi.br

.2 www.ibict.br

.3 www.governoeletronico.gov.br/onid



O IBICT é um órgão público federal da administração direta pertencente à estrutura de unidades de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI). Ele possui, dentro de sua página, um canal de “PRODUTOS & SERVIÇOS” sobre inclusão digital. Este órgão coleta, sistematiza e dissemina informações sobre inclusão digital no Brasil. O portal disponibiliza o mapa da inclusão digital (MIP), com base nos Pontos de Inclusão Digital (PID), compreendendo todos os programas/projetos de inclusão digital no Brasil, independente da iniciativa ser governamental ou não.

O ONID é uma iniciativa do Governo Federal em conjunto com a sociedade civil organizada, que atua na coleta, sistematização e disponibilização de informações para o acompanhamento e avaliação das ações de inclusão digital no Brasil. Além de ser uma ferramenta para gestores de políticas públicas e iniciativas nessa temática, o ONID disponibiliza para a sociedade, informações detalhadas sobre os telecentros⁴ existentes em todo o país.

O foco das informações do IBICT e ONID é semelhante, entretanto, há que se considerar divergências de dados existente entre eles.

3. Etapas de desenvolvimento da sociedade da informação

Diversos autores falam das necessidades de preenchimento de alguns requisitos para implantação de ações com o objetivo de inclusão digital. Este estudo se baseia, principalmente, nas visões de Sorj (2003) e Warschauer (2006).

Para Sorj (2003), a inclusão digital deve-se preocupar com a universalização dos sistemas telemáticos através de cinco fases distintas e divididas em duas dimensões, a dimensão passiva do acesso e a dimensão potencial de apropriação ativa do conhecimento. As cinco fases estão descritas no Quadro 1, tendo as duas primeiras fases relação com a dimensão do acesso e as outras três com a dimensão do conhecimento.

.4 Espaço público destinado ao uso gratuito de computadores interligados a internet de banda larga onde são realizados cursos de capacitação pessoal e/ou profissional cujo objetivo é a promoção da inclusão digital.



Quadro 1: As cinco fases da inclusão digital de acordo com Sorj (2003).

Fase	Nível	Descrição
01	Infraestrutura de acesso	Existência de sistemas de transmissão, como telefone, satélite e uso de fiações telefônica e elétrica.
02	Equipamentos de acesso individual	Existência de computador com modem e linha ligada a um provedor de acesso.
03	Treinamento	Alfabetização digital e capacitação dos indivíduos no uso do computador e Internet.
04	Capacitação intelectual	A possibilidade de utilizar informações disponíveis na Internet como fonte de conhecimento e desenvolvimento intelectual e profissional.
05	Produção e uso de conteúdo	Criação de conteúdos específicos adequados às necessidades dos segmentos da população.

Para o autor, as cinco fases são interdependentes entre si, de forma que só se pode alcançar uma fase superior por meio da satisfação plena da anterior, e a classificação das pessoas conforme seu enquadramento em determinada fase é o que determina uma menor ou maior apropriação das tecnologias de informação e comunicação pelo indivíduo. A Figura 1 demonstra a interdependência entre as fases sugerida por Sorj.

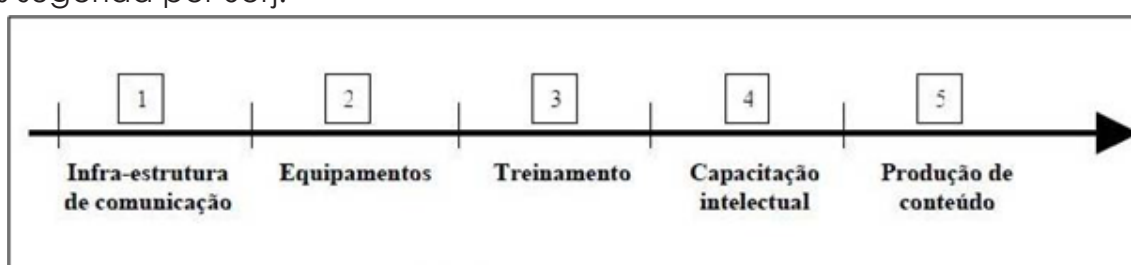


Figura 1: Interdependência dos níveis de inclusão digital de acordo com Sorj (2003), elaborado por Winkler (2005).

Com relação à fase de infraestrutura de acesso, Sorj (2003) alerta para a diferença existente entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, pois nos primeiros o processo está praticamente concluído, enquanto que nos outros a universalização da infraestrutura é ainda um problema central, em particular nos pequenos vilarejos e zonas rurais, e a banda larga geralmente só é acessível em cidades de porte médio e grande.



Na fase equipamentos de acesso individual, Sorj (2003) explica que, por ser formada por três componentes, o computador, a linha para conexão e o provedor, então, a residência, o trabalho, a escola e os telecentros transformam-se nos principais locais de acesso individual à tecnologia. O acesso a essa trilogia pela população de baixa renda em um local de conforto e com certa individualidade como, por exemplo, dentro do ambiente familiar, é limitado. Portanto, especial atenção deve ser dada aos telecentros, como forma de disponibilizar esse acesso. Ressalta a necessidade de apropriação das experiências bem sucedidas a nível internacional na implantação dos telecentros, com a devida adequação às realidades locais como forma de acelerar o processo inclusivo.

Sobre a fase treinamento, Sorj (2003) afirma a necessidade urgente da alfabetização digital por meio dos cursos formais na escola, no trabalho ou em cursos privados ou promovidos por ONGs, setor público ou entidades sem fins lucrativos. Ele complementa que a alfabetização pode se dar também através de convivência em contextos em que pessoas próximas estão dispostas a orientar o usuário em casos de necessidade. O autor ainda ressalta que a alfabetização digital deveria se tornar uma disciplina curricular obrigatória, orientada para preparar os estudantes na utilização crítica das novas mídias.

Com relação à fase capacitação intelectual, Sorj (2003) esclarece que a possibilidade de utilizar as informações disponíveis na internet como fonte de conhecimento e desenvolvimento intelectual depende da alfabetização e formação intelectual fornecidas pelo sistema escolar. Segundo o autor, o potencial efetivo das novas tecnologias depende de qualificações intelectuais básicas: enquanto para o usuário com limitada competência analítica a internet é um instrumento de informação, para o usuário com maior capacidade analítica e de aprendizado a internet é um instrumento de conhecimento. Sobre este ponto, Borges (2005) defende que o maior problema da inclusão digital não é a falta de computadores, mas o analfabetismo de informação.

Para este autor a fase produção e uso de conteúdo, a produção de conteúdo, tem sua determinante na capacitação intelectual de cada usuário para promover a transformação da internet num potencializador de cultura e de criatividade social. Alves (1998) defende que a interação com as novas tecnologias exige uma nova compreensão do mundo, fazendo emergir um novo tipo de inteligência que contemple a pluralidade, a complexidade, as diferenças e ambiguidades dos sujeitos, possibilitando, assim, a participação, a colaboração por meio da multiplicidade de visões de mundo. Dentro desse contexto a utilização da internet



por usuários que passam grande parte do seu tempo online para fins de divertimento e comércio eletrônico não atende aos requisitos de participação nesta fase.

De acordo com Warschauer (2006), o mero fornecimento de computadores não é suficiente para reduzir a lacuna da exclusão digital na sociedade. O acesso significativo às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) é muito mais abrangente do que o fornecimento de computadores e conexões à internet. É preciso que as pessoas sejam capazes não somente de acessar as TICs, mas de criar novos conhecimentos a partir de sua experiência prévia. O conteúdo, a língua, o letramento, a educação e as estruturas comunitárias e institucionais são fatores importantes para proporcionar acesso significativo a novas tecnologias. Dessa forma o autor identifica quatro tipos de recursos associados à tecnologia, essenciais ao acesso e à inclusão: os recursos físicos, digital, humano e social.

Os recursos físicos incluem o acesso a computadores e a conexões de telecomunicação. Os recursos digitais dizem respeito ao material digital disponível online. Os recursos humanos abrangem questões como letramento e educação. Os recursos sociais referem-se às estruturas comunitária, institucional e da sociedade que apoiam o acesso às TICs.

Segundo Warschauer (2006), existe uma relação interativa entre esses quatro conjuntos de recursos e o uso das TICs, de modo que cada recurso contribui para o uso eficaz das TICs e, ao mesmo tempo, cada recurso é um resultado do uso eficaz das TICs. Para o autor, a boa utilização das TICs pode ajudar a ampliar e fomentar esses recursos, assim como esses recursos, se bem manejados, podem fomentar um círculo virtuoso que promove o desenvolvimento e a inclusão social.

3.1. Etapas de desenvolvimento da sociedade da informação (Brasil) ou outro título que indique a realidade brasileira

No Brasil, em se tratando dos processos de elaboração de ações, programas e projetos de inclusão digital, observa-se considerável evolução, conforme demonstrado na Gráfico 1, saindo de um programa em 1997 e chegando ao total de trinta e dois no final de 2010, sem, no entanto, haver criação de programas no ano de 2011, perfazendo um crescimento médio de 2,3 ações⁵ (com Desvio Padrão de 11,3) lançadas por ano, de 1997 a 2011.

.5 A palavra ações será usada para designar todas as ações, programas e projetos desenvolvidos pelo Governo Federal visando à inclusão digital.

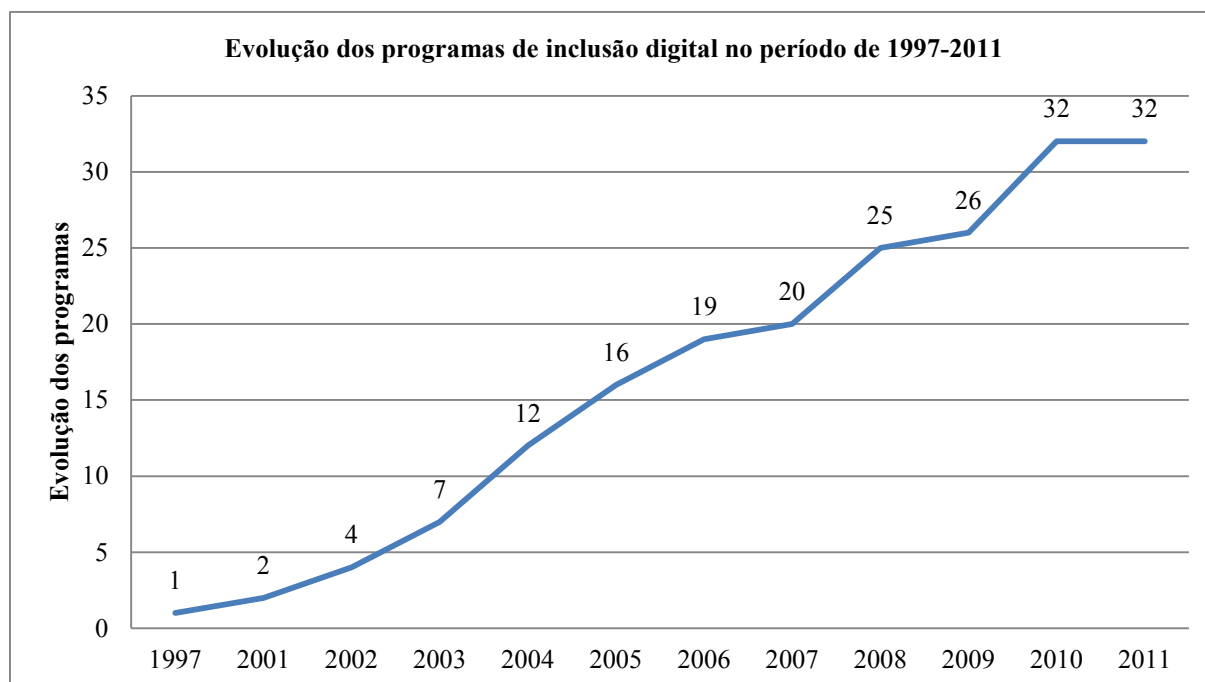


Gráfico 1: Evolução dos programas de inclusão digital no período de 1997-2011, elaboração a partir de dados da IBICT e ONID, por período específico.

Mesmo apresentando uma média de 2,3 ações criadas durante os anos analisados, esta criação não está uniformemente distribuída, como pode ser confirmado no Gráfico 2. Existiram anos com picos (2004, 2008 e 2010) na criação de ações, contrastando com anos de atuação praticamente insignificante. Os picos observados coincidem com anos de início de aplicação de um novo Plano PluriAnual (PPA)⁶ e com o final do 2º Governo de Luiz Inácio Lula da Silva – Lula. A quantidade maior de ações nos anos de 2004 e 2008 pode ser explicada pelo novo direcionamento das prioridades governamentais (proporcionada pela elaboração de um novo PPA) conjugado com um orçamento anual que possibilitaria a mudança de rumo. Contudo, para 2010 essa explicação torna-se insuficiente, podendo ser justificada pela “corrida eleitoral” ocorrida naquele ano.

.6 Conforme a Constituição Federal de 1988, Art. 165, o PPA é o planejamento estratégico quadrienal de governo (federal, estadual e municipal), no tocante às suas diretrizes, objetivos e metas. Sua vigência vai do início do 2º ano de um mandato até o fim do 1º ano do mandato posterior.

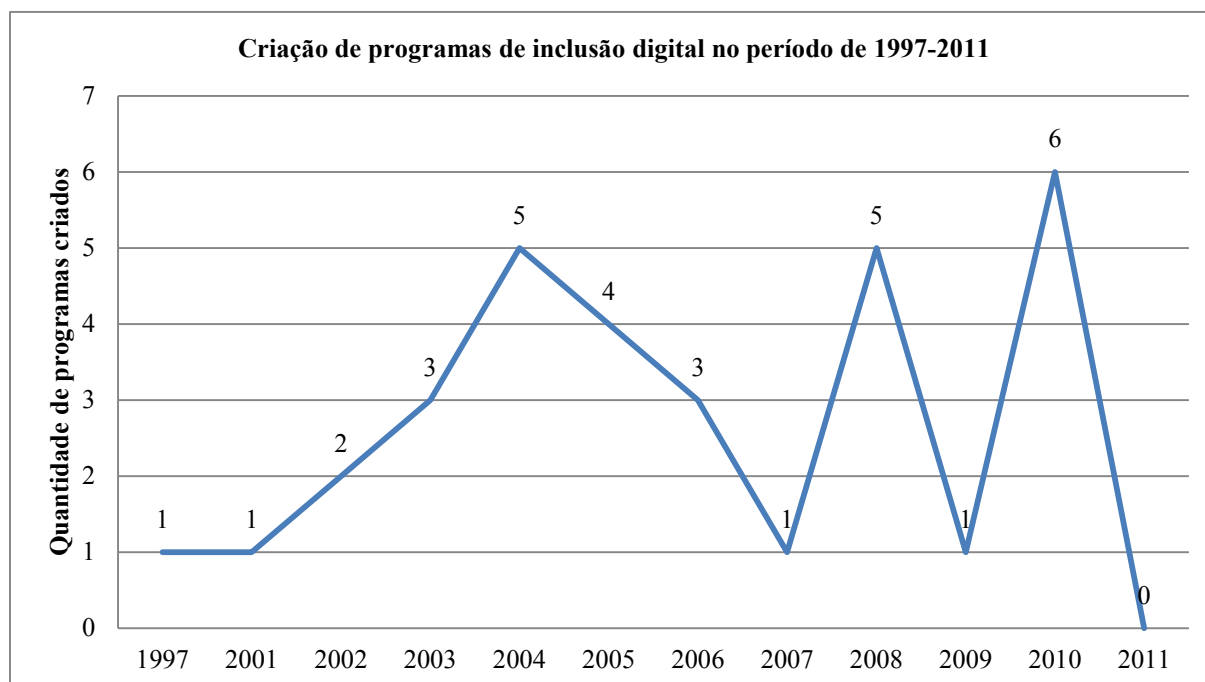


Gráfico 2: Criação de programas de inclusão digital no período de 1997-2011, elaboração a partir de dados da IBICT e ONID, por período específico.

Desde 1997, a inclusão digital no Brasil desenvolveu-se por iniciativas dispersas em vários ministérios, secretarias e órgãos vinculados ao Governo como, por exemplo, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios e outros. Pelo fato de perpassar várias áreas temáticas, instâncias, órgãos e esferas de governo, o caráter multidisciplinar e transversal da inclusão digital acaba impondo dificuldades à articulação unificada sobre uma política pública para o setor. Assim, apesar dos diversos anos já passados, somente em 2011 surge na estrutura governamental, uma Secretaria⁷ com a responsabilidade de fazer a coordenação geral das diversas frentes de ações com a finalidade de promover a inclusão digital, com o objetivo de proporcionar definições e rumos para a consolidação da respectiva política pública.

Na primeira fase da política de inclusão digital no Brasil, ocorrida no período de 1997-2005, a inclusão digital teve como foco a implantação de telecentros, com treze de

.7 O Decreto 7.642 de 20 de abril de 2011 criou a Secretaria de Inclusão Digital, no âmbito do Ministério das Comunicações, com a finalidade de coordenar todas as ações de inclusão digital no Governo Federal.



um total de dezesseis “projetos” destinados a este fim. A partir de então, as políticas públicas de inclusão digital passaram a se preocupar com a disponibilização de material para educação à distância, com a produção de material de apoio a professores⁸, com a capacitação de monitores para atuação em telecentros e com a facilitação para a aquisição de equipamentos computacionais.

A fase inicial caracterizou-se pela ampliação da rede de telecentros, envolvendo as estruturas ministeriais, para levar às comunidades vulneráveis brasileiras, locais com infraestrutura necessária de computadores e internet. Nos primeiros programas, a preocupação era com o acesso à internet em um espaço físico apropriado. Porém, houve avanço na concepção dos programas e isso culminou com o programa Casa Brasil, que dentro de um espaço multidisciplinar, tinha o propósito de convergência nas áreas de inclusão digital, social e cultural, geração de trabalho e renda, ampliação da cidadania e popularização da ciência e tecnologia. Um avanço na concepção de telecentros, entretanto, com poucas unidades instaladas (em torno de noventa em todo Brasil), não se constitui um programa relevante, talvez pelo alto custo da implantação de um telecentro nesses moldes. A partir de então, o foco passa para outras fases além de infraestrutura de acesso e equipamentos de acesso individual (SORJ, 2003), preocupando-se em atender fases como o treinamento e a capacitação intelectual.

Ao relacionar as ações desenvolvidas pelo Governo Federal com as fases propostas por Sorj (2003) tem-se uma configuração conforme mostra a Gráfico 3. Ressalte-se que a análise apresentada representa a visão dos autores sobre os programas e foi elaborada tendo como base as descrições e objetivos de cada ação levantada.

.8 O material disponibilizado é destinado a apoiar os professores no uso dos laboratórios instalados nas escolas.

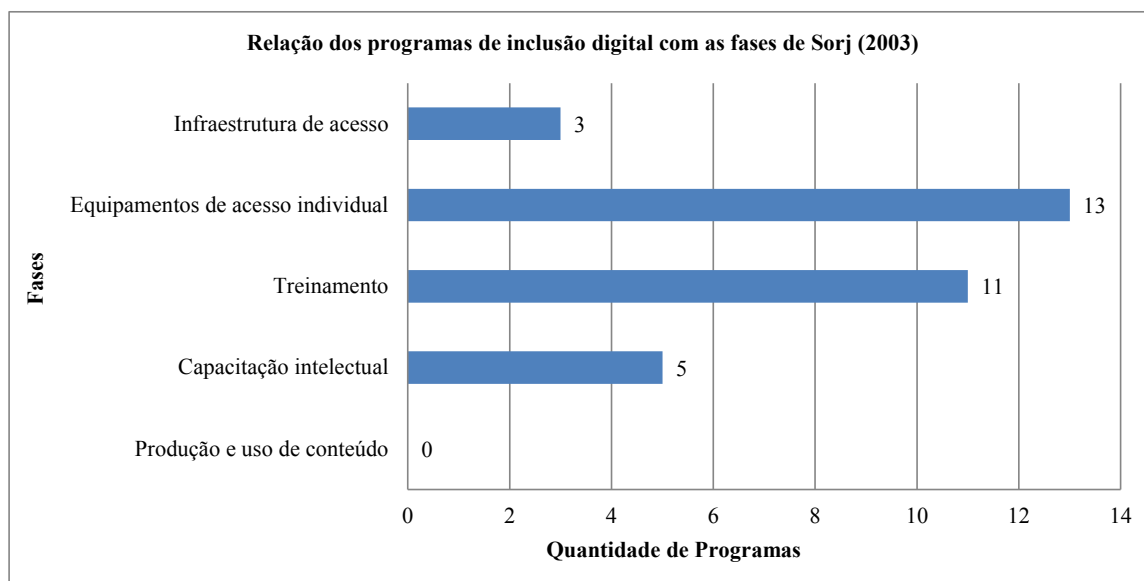


Gráfico 3: Relação dos programas de inclusão digital com as fases de Sorj (2003), elaboração a partir da revisão bibliográfica.

Os trinta e dois programas atendem apenas às quatro fases iniciais propostas por Sorj (2003) infraestrutura de acesso, equipamentos de acesso individual, treinamento e capacitação intelectual. A fase de produção e uso de conteúdo não foi contemplada ainda com ações para seu desenvolvimento. A maioria dos programas (85%) ainda está estruturada no atendimento à fase de treinamento, longe de atingir a fase de capacitação do indivíduo, no uso da tecnologia, que tem como base transformar informação em conhecimento.

3.2. A abrangência da política pública de inclusão

A avaliação da eficiência e eficácia de ações, investimentos e das políticas de inclusão digital, carece de dados e informações. Contudo, como ressaltado por Teixeira⁹, os indicadores disponibilizados, além de inconsistentes, são incipientes e não permitem inferências quanto à qualidade das ações e programas empreendidos (informação oral), fato confirmado pela representante do Governo Federal presente no evento¹⁰.

.9 TEIXEIRA, Ricardo Antonio Gonçalves. Um dos conferencistas do 4º Seminário de Educação em Rede, realizado em Goiânia, 2011.

.10 Informações colhidas pelos autores em Mesa Redonda sobre o tema "Inclusão digital promove inclusão social?" do 4º Seminário de Educação em Rede, realizado em Goiânia em 2011.



3.2.1. Programas/projetos e pontos de inclusão digital

O IBICT iniciou uma pesquisa de mapeamento das iniciativas de programas/projetos de inclusão digital no Brasil, com o intuito de mensurar o avanço da inclusão digital no país por parte de agentes públicos e privados, a fim de elaborar um Mapa de Inclusão Digital (MID).

Segundo Gaspar, Gorgônio e Pereira (2010), o MID é um projeto com a função de identificar ações gerais de inclusão digital, em âmbito governamental ou não, que se concretizem na criação de Pontos de Inclusão Digital (PIDs), ou seja, telecentros, infocentros, laboratórios de informática e centros de inclusão digital, que são definidos como:

Locais dotados de computadores para acesso gratuito ou pago e conectados, ou não, à Internet. Proporcionam o desenvolvimento de habilidades cognitivas por meio do acesso às TICs, criação de conteúdos, entretenimento e comunicação com outras pessoas (GADELHA et al. apud GASPAS, GORGÔNIO e PEREIRA, 2010, p. 70).

Segundo o autor, a metodologia usada na elaboração do MID teve seus elementos iniciais no Estudo da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) sobre telecentros/PIDs, em que os quantitativos eram agregados por iniciativas (programas e projetos), discriminados por entidades (governos federal, estadual, municipal e terceiro setor) e distribuídos por regiões.

O IBICT a fim de levantar as informações sobre a quantidade de PIDs gerados por cada programas/projetos de iniciativa geral, buscou a identificação de novas iniciativas através da busca por palavras-chave que combinavam os termos inclusão digital e telecentros com os nomes dos 27 estados e dos 100 maiores municípios. Foram pesquisados, também, sites de organizações dedicadas à inclusão digital.

A pesquisa buscou levantar informações sobre a questão do acesso público à internet no Brasil, mediante o tratamento e armazenamento em um banco de dados dos programas/projetos de inclusão digital e os respectivos PIDs gerados por cada uma dessas iniciativas.

Na primeira fase, foram identificadas, em cerca de três mil municípios brasileiros iniciativas no âmbito do governo federal, estadual, municipal e terceiro setor. Foram cadastrados proto-PIDs (potenciais pontos de inclusão digital), entidades que poderiam, cedo ou tarde, se converter em PIDs. Existem, neste trabalho, trinta e dois programas federais de inclusão digital, entretanto, nem todos são iniciativas que resultam na criação de PIDs, mas todas as ações que geram PIDs estão listadas no levantamento do IBICT.

Para a segunda fase, o IBICT pretende estabelecer um canal direto com cada ponto de inclusão digital, estimulando-os a atualizar seus próprios dados. Como



resultado, espera-se eliminar a duplicidade de informações da pesquisa e assegurar a sua consistência e confiabilidade.

Com base nos dados disponibilizados no IBICT, referentes ao período de 2007-2008, gerou-se a Gráfico 4 onde se observa os programas/projetos atualmente existentes e a quantidade de PIDs que cada um deles gerou, dados consolidados Brasil. A fim de facilitar a leitura do gráfico, são discriminados nominalmente todos os programas/projetos com mais de 100 PIDs (20 programas/projetos), contudo, os programas/projetos com menos de 100 PIDs (133 programas/projetos) foram agrupados em um só tema com o nome de 133 programas/projetos com menos de 100 PIDs, totalizando 153 programas ou projetos. Estes programas/projetos geram a quantidade de 19.872 PIDs.

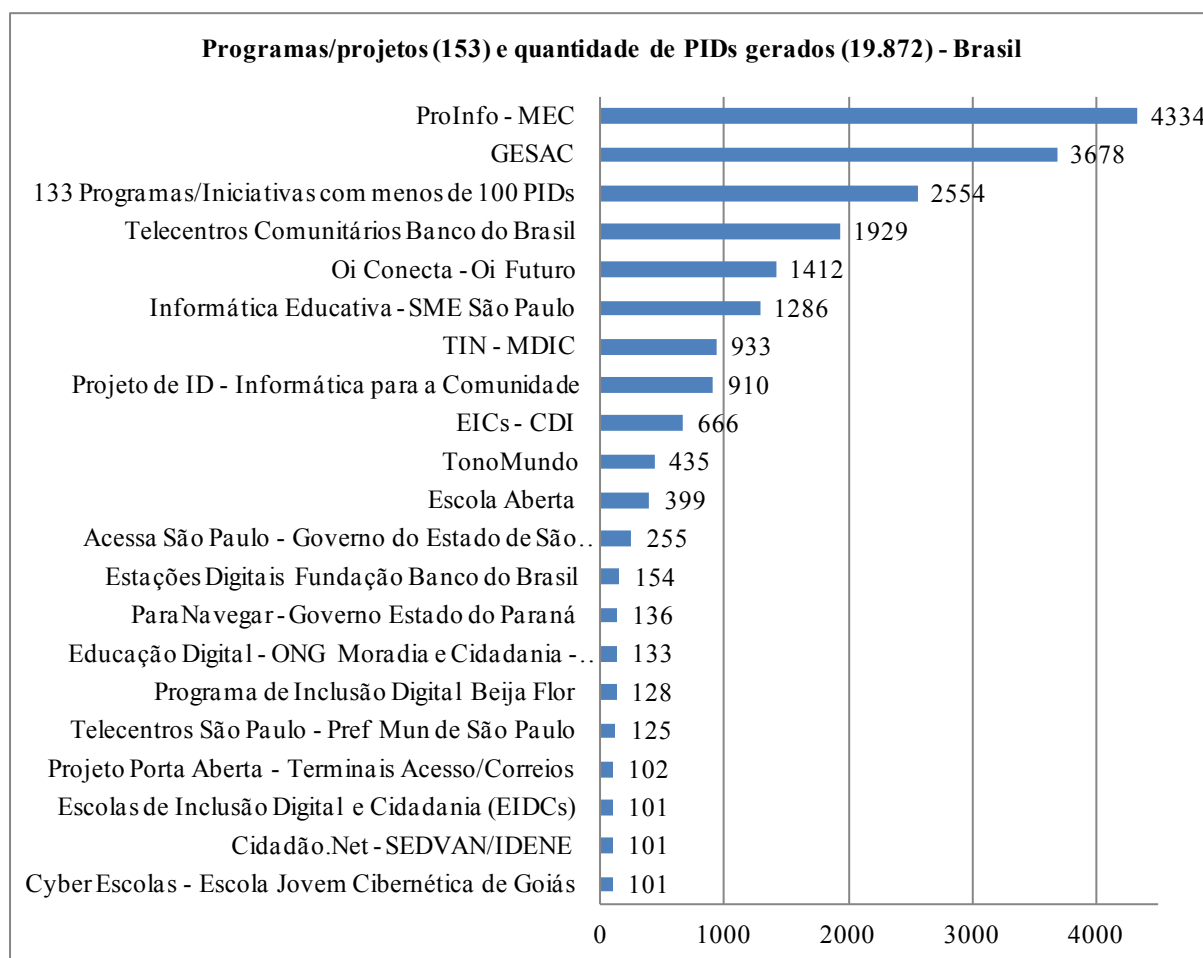


Gráfico 4: Programas/projetos (153) e quantidade de PIDs gerados (19.872) – Brasil (IBICT, 2011).



O IBICT apresenta em seu site o MID, mostrando os programas/projetos de inclusão digital nas três esferas governamentais e demais áreas da sociedade organizada. Com base nas informações disponibilizadas fez-se uma classificação para identificar quem é o "ator" responsável pela iniciativa de criação do PID.

As iniciativas¹¹ encontradas no site, classificadas conforme a entidade responsável pela implantação do PID, foram organizadas em quatro categorias da seguinte forma: programas federais; programas estaduais; programas municipais; e programas do terceiro setor. O Gráfico 5 mostra a distribuição percentual conforme a classificação apresentada.

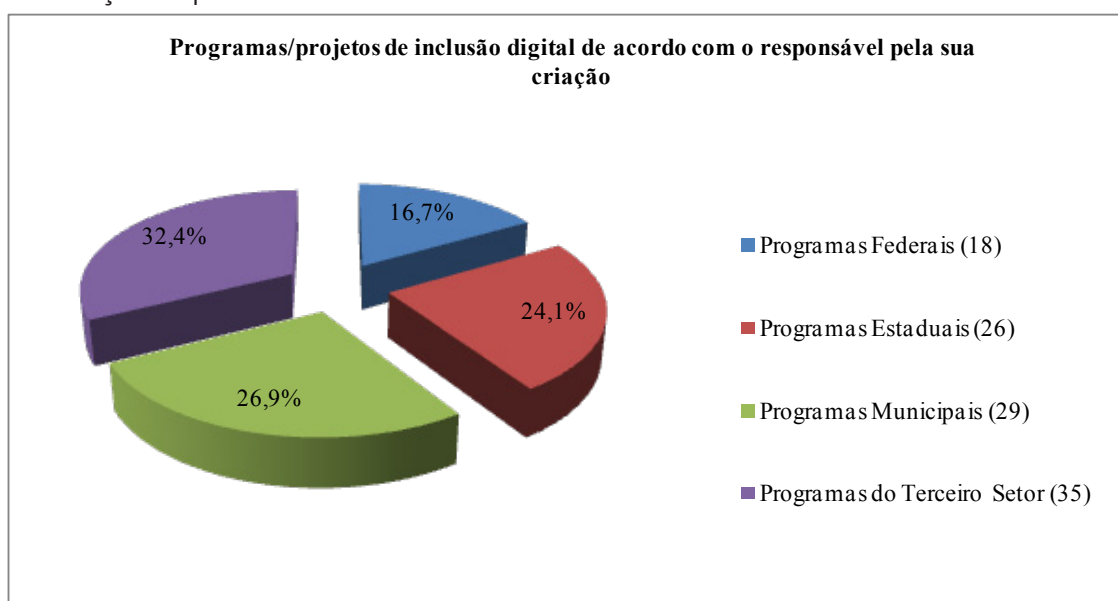


Gráfico 5: Programas/projetos de inclusão digital de acordo com o responsável pela sua criação (IBICT, 2011).

Apesar do Gráfico 5 mostrar uma relação mais ou menos homogênea entre as diversas entidades geradoras de iniciativas em inclusão digital, quando classificadas por cada um dos programas/projetos, uma análise detalhada da Figura 6 clareia a falsa impressão. A análise considerando a quantidade de PIDs gerados por cada programa/projeto, conforme apresentado na Figura 6, apresenta que os programas ProInfo, GESAC, Telecentros Comunitários Banco do Brasil, TIN, Estações

. 11 A quantidade de programas/projetos (108 iniciativas) difere da quantidade de programas/projetos da Figura 6 (153 iniciativas), entretanto, esses dados estão de acordo com o *site* do IBICT, que dependendo da forma como são pesquisados apresentam valores diferentes.



Digitais Fundação Banco do Brasil de iniciativa do Governo Federal, geram um total de 11.028 PIDs. Considerando que dentro do tema 133 programas/iniciativas com menos de 100 PIDs existem outros programas gerados pela iniciativa do Governo Federal, chega-se a uma visão diferente da leitura rápida e superficial proporcionada pelo Gráfico 5.

Analisando os dados levantados no Gráfico 6, pode-se considerar que os gestores estaduais e municipais apresenta tímida participação no processo de inclusão digital.

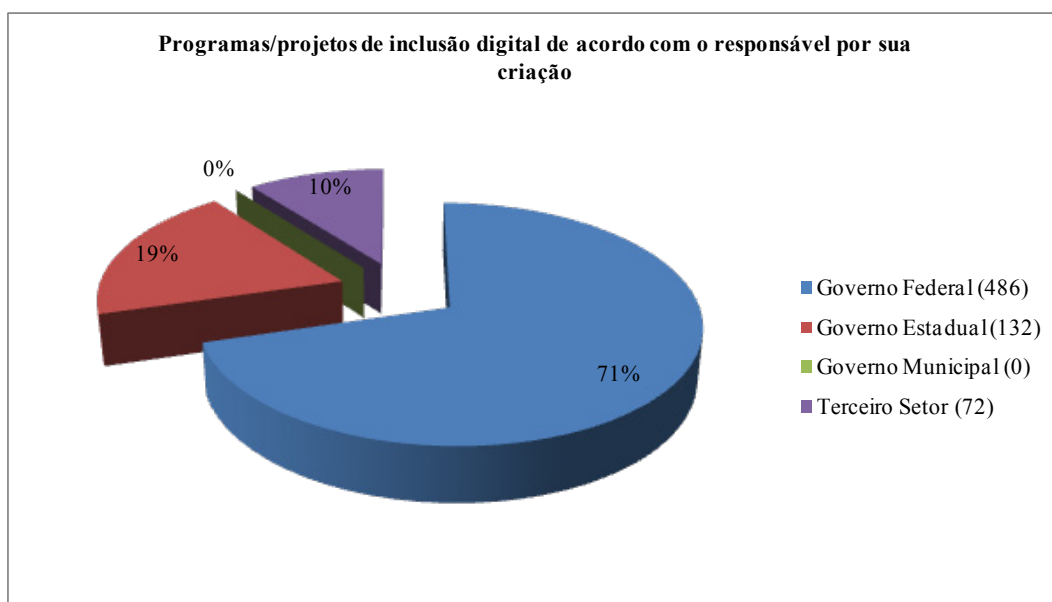


Gráfico 6: Programas/projetos de inclusão digital de acordo com o responsável por sua criação (IBICT, 2011).

A implantação de políticas públicas de inclusão digital, em linhas gerais, tem ocorrido de forma centralizada, com pouca expressividade dos entes regionais em sua formulação. Tal processo de implementação, instituído diretamente do Governo Federal, tem regulamentado e disponibilizado ações, programas e projetos para os gestores regionais. Contudo, esse modelo, prejudica (ou desconsidera) a autonomia dos entes subnacionais para adesão ou não a seus projetos, bem como sua dependência em relação aos gestores estaduais e municipais para execução da política pública de inclusão digital, faltando na fase de planejamento os desdobramentos regionalizados e a articulação da política a especificidades regionais na execução de cada programa.



Com a ausência dos entes regionais da formulação/redirecionamento nessa política pública que envolve projetos multidisciplinares na área de educação, cultura e economia, torna-se necessário avaliar o pleno conhecimento pelos gestores estaduais e municipais dos objetivos a serem alcançados por cada programa/projeto/ação do Governo Federal, e o necessário acultramento dos entes regionais sobre o pensamento teórico da inclusão digital.

3.2.2. Presença de computadores e internet por domicílios e acesso a internet

O domicílio é o local de maior privilégio com vistas ao atendimento das cinco fases propostas por Sorj, em 2003. É onde o indivíduo tem maior tranquilidade para acessar a internet sem tempo definido, podendo buscar informações relevantes para seu contexto com maior tranquilidade e segurança.

Como na maioria dos países, a internet brasileira teve sua entrada por meio da comunidade científica e se alastrou rapidamente, transformando-se em um evento presente em cerca de 31% dos domicílios brasileiros (CGIBR, 2011). O crescimento do número de computadores e da presença da internet em domicílios pode ser observado na Gráfico 7. A evolução de números de computadores presentes nos lares brasileiros foi de 22% no período de 2005-2010, saindo de 17% e chegando a 39%. A internet em domicílios teve um aumento na ordem de 18%, em 2005 o percentual era de 13% e em 2010 estava com 31% dos domicílios brasileiros conectados, quase triplicando sua presença nos lares no período analisado.

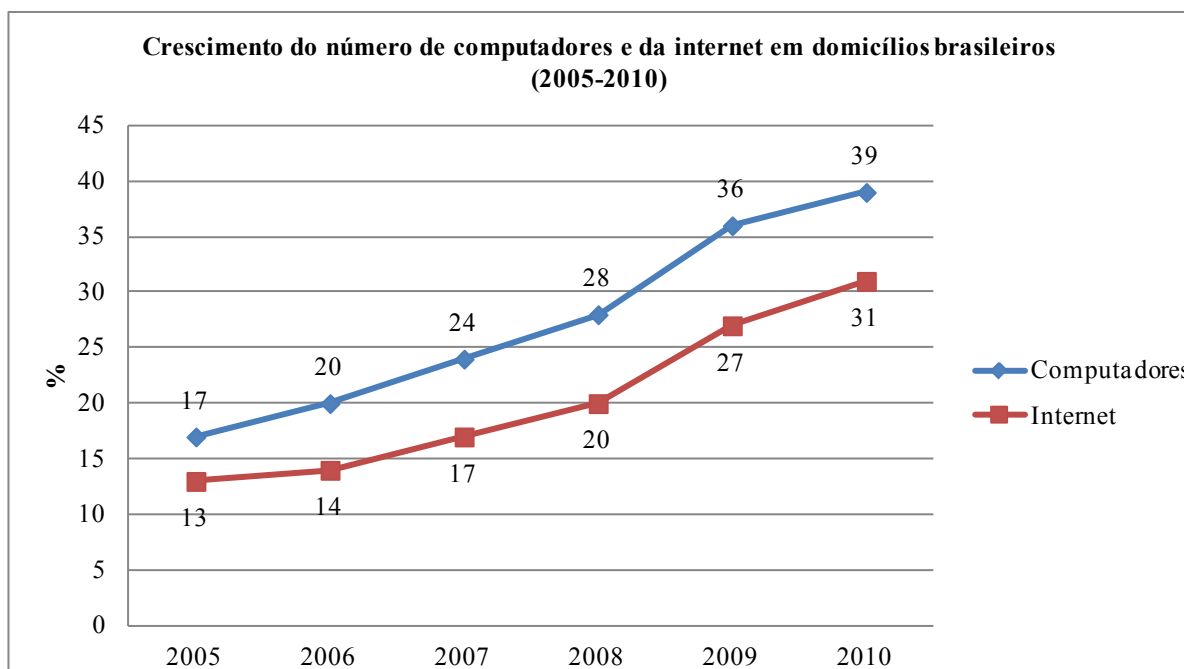


Gráfico 7: Crescimento do número de computadores e da internet em domicílios brasileiros (2005-2010) (CGIBR, 2005-2010).

Observa-se, no Gráfico 8, uma evolução de computadores em domicílios pouco significativa (4%) na Classe A, uma boa evolução (19%) na Classe B e uma grande evolução na Classe C (18%) e nas classes D e E (3%), pois se constata um número de computadores duas vezes superior em domicílios nas classes C, saindo de 16% para 34% e nas classes D e E, saindo de 2% para 5%. Em se tratando de um país em processo de desenvolvimento, o percentual de penetração de computadores na Classe A são compatíveis com índices de países desenvolvidos.

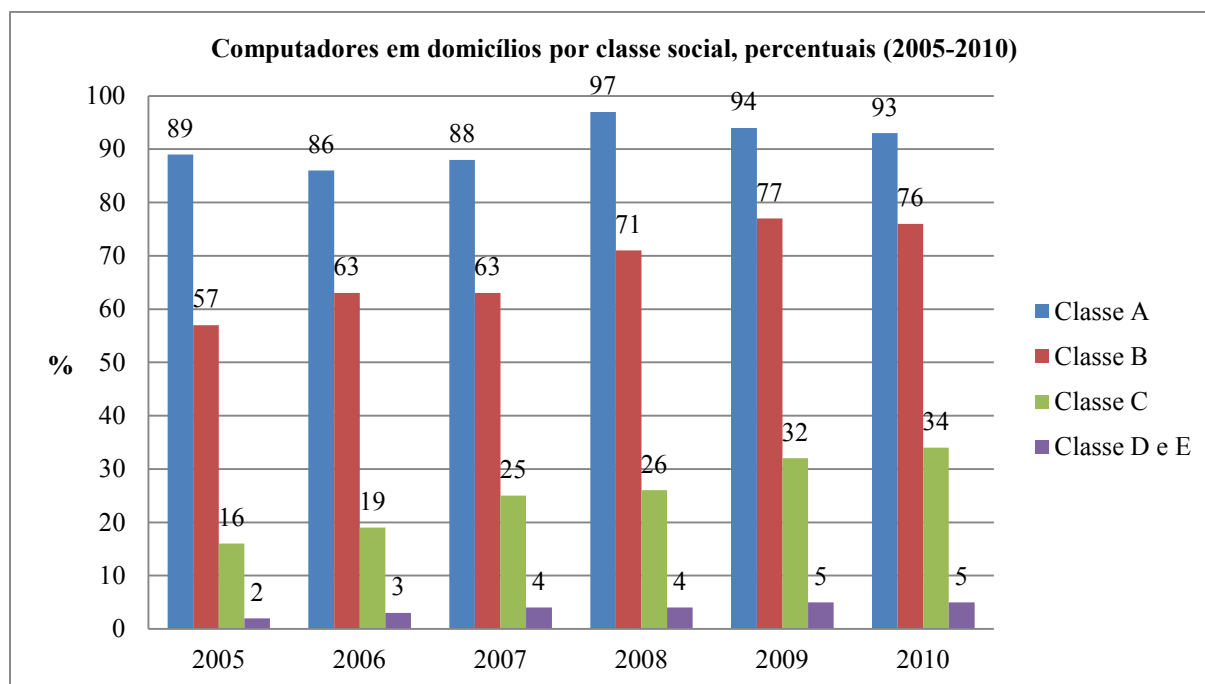


Gráfico 8: Computadores em domicílios por classe social, percentuais (2005-2010) (CGIBR, 2005-2010).

O Gráfico 9 demonstra a penetração da internet nos domicílios brasileiros por classe social. A série histórica de 2005 a 2010, perfazendo um total de seis anos, mostra uma pequena evolução (4%) desse quesito na Classe A. A Classe B experimentou um aumento em torno de 6,5% ao ano e de 18% período. Dobrou a quantidade de internet em domicílios para a Classe C, saindo de 11% para 24% e triplicou a quantidade nas Classes D e E saindo de 1% para 3%. Ainda assim, são números praticamente inexpressivos para as classes C, D e E considerando-se a população total dessas classes a ser atingida.

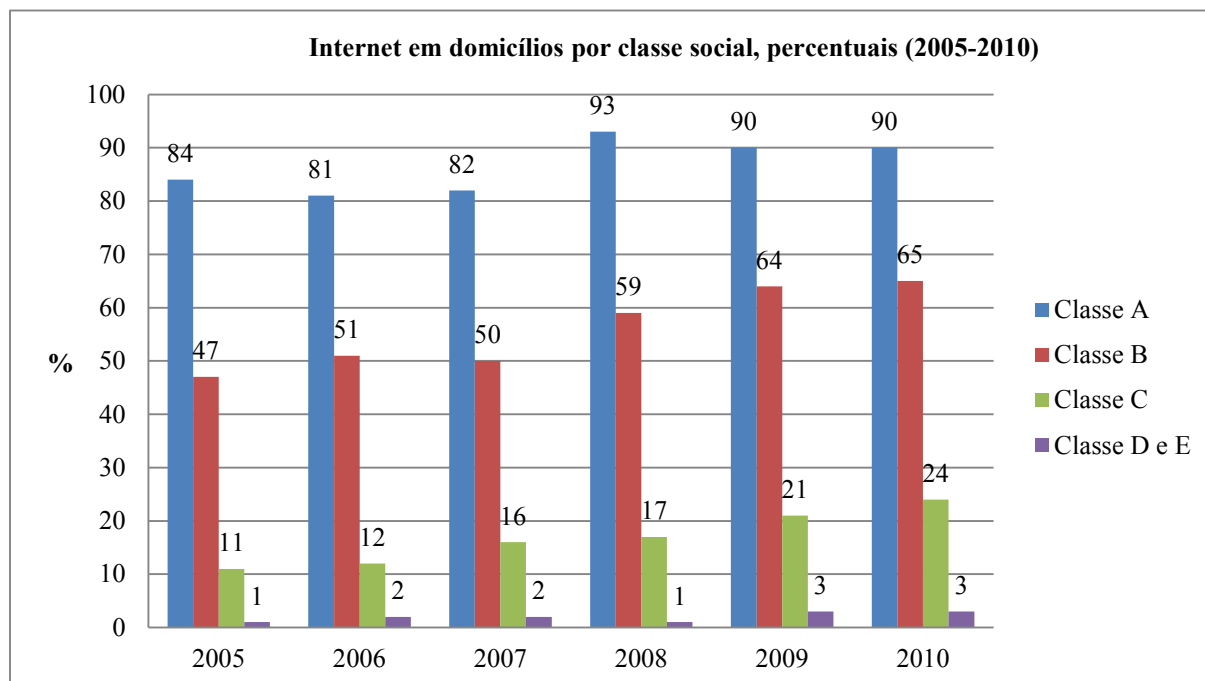


Gráfico 9: Internet em domicílios por classe social, percentuais (2005-2010) (CGIBR, 2005-2010).

Deve-se levar em conta, ainda, o percentual de indivíduos que nunca acessaram a internet em cada uma das classes sociais consideradas além da presença de computadores e internet em domicílios. O Gráfico 10 demonstra este quantitativo em percentuais. Na classe A foi a única em que houve um aumento de indivíduos que nunca acessaram a internet durante a série, saindo de 5% para 10%. Na Classe B este percentual caiu 7%, de 28% para 21%. A classe C apresentou uma redução nesse quesito de 12%, com o melhor desempenho entre as classes, caindo de 61% para 49%. Apesar da queda de 7% durante a série na classe D e E, essa classe ainda apresenta um percentual elevado (81%) para os indivíduos que nunca acessaram a internet.

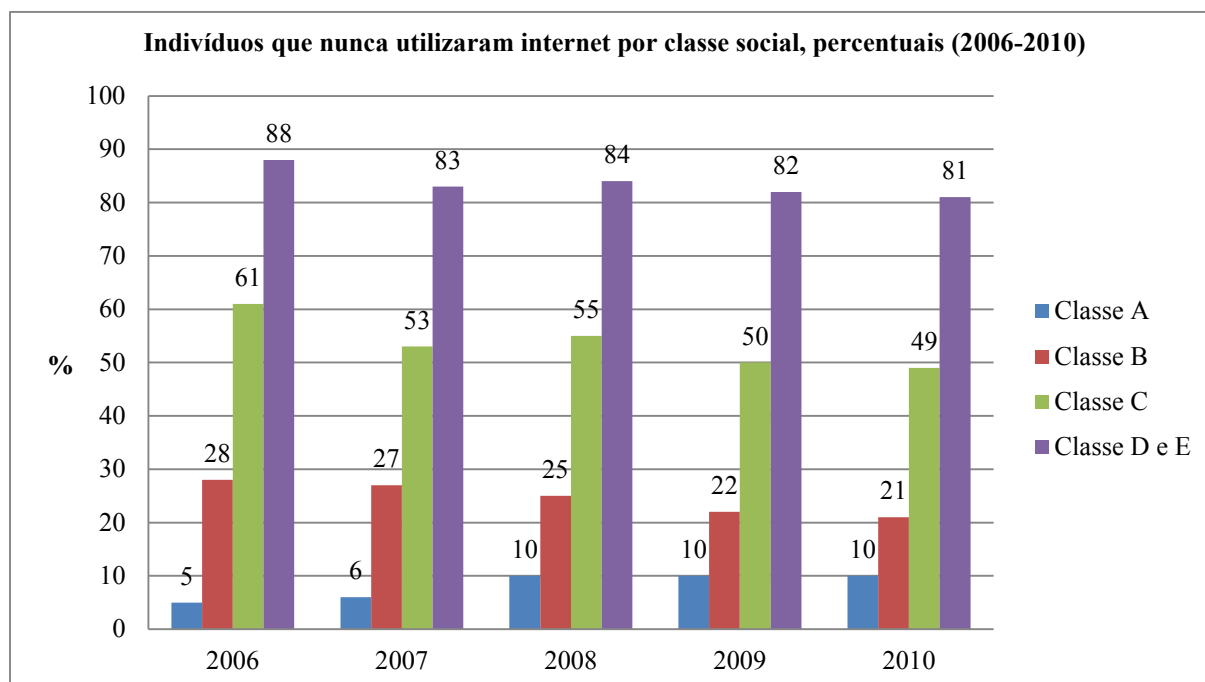


Gráfico 10: Indivíduos que nunca utilizaram internet por classe social, percentuais (2006-2010) (CGIBR, 2006-2010).

Ao relacionar esses indicadores com as fases propostas por Sorj (2003), constata-se o seguinte: a classe A pode ser considerada plenamente atendida nas fases de infraestrutura, equipamentos e treinamento, considerando-se a presença de computadores em 93% dos domicílios e da internet em 90%, sendo que somente 10% dos indivíduos desta classe, quando perguntados, responderam nunca ter acessado internet.

Apesar da classe B não apresentar indicadores tão robustos quanto à anterior, ela pode ser considerada atendida nos mesmos quesitos, pela presença de computadores em 76% dos domicílios e da internet em 65%, sendo que apenas 21% dos indivíduos desta classe responderam nunca ter acessado a internet.

Na classe C a situação é delicada, uma vez que pouco mais de um terço (34%) dos domicílios tem computadores em casa e somente 24% deles tem acesso à internet, sendo que quase metade (49%) dos indivíduos desta classe nunca acessou internet, então, a classe não pode ser considerada atendida pela fase de infraestrutura de



acesso, equipamentos de acesso e treinamento proposta por Sorj (2003).

Mas a situação é totalmente vulnerável nas classes D e E, considerando-se as baixas taxas de penetração de computador (6%) e internet (3%) em domicílios e considerando-se que somente 19% deles acessam a internet. Pode-se inferir que a grande maioria (81%) dos indivíduos dessas duas classes sequer foi atendida na fase de infraestrutura de Sorj, estando, portanto, excluídos digitalmente da sociedade da informação.

Sorj (2003) adverte a sociedade da seguinte forma:

Como toda inovação social, o impacto da telemática aumenta potencialmente a desigualdade social, já que dela se apropriam inicialmente os setores mais ricos da população. Assim, a luta contra a exclusão digital não é tanto uma luta para diminuir a desigualdade social, mas um esforço para não permitir que a desigualdade cresça ainda mais com as vantagens que os grupos da população com mais recursos e educação podem obter pelo acesso exclusivo a este instrumento. (p. 62).

A persistir o caminho trilhado até o momento, sem o redirecionamento das políticas públicas de inclusão digital para possibilitar a mudança de rumo nos indicadores analisados, os esforços de inclusão digital serão em vão e haverá justamente um aumento na desigualdade social, pela via da exclusão digital, uma vez que os dados analisados não oferecem a perspectiva de, a curto prazo, os contingentes das classes economicamente menos favorecidas usufruírem dos benefícios advindos da sociedade da informação.

Por fim, é importante registrar a falta de confiabilidade dos dados disponíveis de inclusão digital nos sites dos programas, do IBICT e do ONID. Existem divergências em dados inclusive dentro do próprio site, dependendo de como é formulada a pesquisa. Dados corretos são vitais para projetos de pesquisa, seja ela acadêmica ou não, portanto existe a necessidade de um trabalho acurado para que então sejam feitas suas exibições.

O esforço governamental para geração de dados destinados a conhecer os resultados da política de inclusão digital são evidentes, contudo encontram-se dispersos. A unificação das ações de pesquisa e controle pelos vários órgãos do governo seria uma boa solução para evitar desperdício de esforços e recursos públicos, evitando a redundância de dados e a divergência entre eles, trazendo confiabilidade aos dados além de facilitar a busca por informações pelo público em geral.



3.2.3 O efetivo alcance da política pública de inclusão digital

A análise final está centrada na possibilidade da atual política pública implantada alcançar ou não o objeto de sua formulação, ou seja, os excluídos digitais. É necessário evidenciar dois pontos antes dessa avaliação. Primeiro, os programas elaborados para incluir digitalmente a população brasileira na sociedade da informação, especialmente as pessoas em situação de vulnerabilidade, têm os telecentros comunitários como principal meio para realizar seus objetivos. Segundo, é que existem programas formatados de maneira em que a inclusão digital virá por meio da capacidade individual de atingi-la com recursos financeiros e intelectuais próprios, ou seja, somente se o público alvo tiver essa capacidade e que a inclusão digital estará garantida.

Segundo dados da pesquisa anual do Comitê Gestor da Internet os indivíduos das classes C, D e E habilitados a utilizarem a internet, portanto, habilitados também para o uso das NTICs, utilizam preferencialmente os centros públicos de acesso à internet na modalidade pago, ou seja, as lanhouses. Na classe C, 41% dos indivíduos habilitados ao uso de internet têm as lanhouses como local individual de acesso, sendo que na classe D e E este percentual é de 67%, apesar de toda ênfase do Governo em telecentros (CGIBR, 2011).

O dado que chama a atenção na pesquisa, o percentual de indivíduos que utilizam os telecentros como local individual de acesso a internet nas classes C, D e E que são 4%, 6% e 6% respectivamente. Os dados levantados não nos permitem inferir qual seria o motivo de desse baixo percentual, necessitando, portanto, um aprofundamento desse quesito para as próximas pesquisas, a fim de responder a essa questão. Mas com este dado pode-se concluir que os telecentros são subutilizados por aqueles que conseguiram sua independência digital, pois ele não se torna o local preferido de acesso àqueles considerados pertencentes a sociedade da informação.

4. Considerações finais

As tecnologias digitais envolveram e transformaram a realidade humana nas áreas sociais, culturais, econômicas e políticas, desafiando a humanidade a compreender os aspectos decorrentes desses fenômenos, que podem se estratificar positiva ou negativamente. Entretanto, o objeto dessa pesquisa não está focado nessas mudanças, mas no andamento das políticas públicas de inclusão digital, em que o Governo Federal tem assumido ser o principal ator.



A inclusão digital não se tornou, no Brasil, o centro de uma política de estado na sociedade digital, existe ainda um extenso caminho a ser percorrido a fim de que a população seja considerada incluída digitalmente.

É fato que existem parcelas da população que já se apoderaram dos benefícios da sociedade da informação, porém, grandes parcelas continuam à margem dessas oportunidades.

As políticas públicas de inclusão digital implementadas produziram, conforme levantamento, trinta e dois programas de inclusão digital, desde o ano de 1997. Desde o início optou-se por uma política no modelo incrementalista. A preocupação inicial era disponibilizar acesso aos excluídos através de telecentros, para então evoluir para a massificação na distribuição de equipamentos, e finalmente se preocupar com a produção de conteúdos, especialmente na disponibilização de material destinado a professores.

O Brasil ainda não conta com uma estratégia nacional de inclusão digital que articule as esferas federal, estaduais e municipais, a sociedade civil e as instituições voltadas à pesquisa e à educação, muito embora esforços já tenham sido empreendidos nessa direção.

Devem-se considerar, em termos conclusivos, as novas possibilidades de desenvolvimento regional proporcionados pelo acesso às novas tecnologias da informação e comunicação. Entretanto, existe a necessidade de os estados e municípios se envolverem nesses aspectos, sob risco de haver um incremento nas altas taxas de desigualdade existentes.

5. Referências

Alves, L. R. G. (1998). Novas tecnologias: instrumento, ferramenta ou elementos estruturantes de um novo pensar? Salvador: Revista da FAEEBA.

Borges, J. (2005). Inclusão digital e governo eletrônico: conceitos ligados pelo acesso à informação. Dissertação de Mestrado – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 203p.

CGIBR. Tic Domicílios. (2006). In: _____. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil. São Paulo, , cap. 2, p. 69-91.

_____. Tic Domicílios. (2007). In: _____. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil. São Paulo, cap. 2, p. 59-78, cap. 4,



p. 95-180.

_____. Tic Domicílios. (2008), In: _____. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil – 2007. São Paulo, cap. 2, p. 67-108, cap. 4, 131-224.

_____. Tic (2009). Domicílios, In: _____. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil. São Paulo, cap. 2, p. 73-172, cap. 4, p. 205-310.

_____. Tic Domicílios. (2010), In: _____. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil. São Paulo, cap. 2, p. 93-162, cap. 4, p. 221-328.

_____. Tic Domicílios. (2010), In: _____. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil – tic domicílios e tic empresas. São Paulo, cap. 2, p. 111-176, cap. 4, p. 397-504.

Gaspar, A. C.; Gorgônio, C.; Pereira, M. de N. P. (2010). Pesquisas Mapa da Inclusão Digital / Ibict. Centros de acesso pago e gratuito: Brasil e Maranhão. Revista Inclusão Social, Brasília, v. 3, n. 2, jan./jun., , p. 69-80.

Sorj, Bernardo. (2003). Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 176p.

Warschauer, Mark. (2006). Tecnologia e inclusão social. São Paulo: Senac,, 319p.

Winkler, Ingrid. (2005). A implementação das políticas públicas brasileiras de inclusão digital. 2005. 133p. Dissertação de mestrado - Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.